

A DIMENSÃO POLÍTICA DO CRISTIANISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL O QUE DIZEM AS ELEIÇÕES*

JÚLIA MIRANDA**

Este artigo trabalha com resultados parciais e é uma reflexão introdutória sobre o tema. A pesquisa que ele toma como referência teve início em 1996, possui vários eixos e está ainda em curso. Ela parte do pressuposto de que é possível identificar hoje, no seio da sociedade brasileira, dois processos distintos, mas intimamente relacionados, e se interessa, sobretudo, pela identificação dos elementos que explicitam esses processos, bem como pelas questões que eles colocam. O primeiro está representado por uma transformação nas formas de crer e o segundo por novas dinâmicas das

identificações; religiosa e política. Tratarei aqui particularmente do segundo aspecto, com ênfase na política partidária, onde o fenômeno é mais visível, por entender que as práticas políticas dos grupos religiosos cristãos no Brasil são grandemente identificadas apenas a essa dimensão.

Nos meses de outubro e novembro de 2002, o Brasil realizou as maiores eleições gerais de sua história. Cerca de 117 milhões de eleitores escolheram o presidente da república, os governado-

RESUMO

O artigo trabalha sobre resultados parciais e é uma reflexão introdutória sobre o tema, objeto de pesquisa iniciada nas eleições municipais de 1996. Parte do pressuposto de que é possível identificar hoje, no seio da sociedade brasileira, dois processos distintos mas intimamente relacionados, e se interessa sobretudo pela identificação dos elementos que explicitam esses processos, bem como pelas questões que eles colocam. O primeiro está representado por uma transformação nas formas de crer e o segundo por novas dinâmicas das identificações religiosa e política. Interessa-se particularmente pelo segundo aspecto, com ênfase na política partidária - onde o fenômeno é mais visível - por entender que as práticas políticas dos grupos religiosos cristãos no Brasil é grandemente identificada apenas a essa dimensão. As eleições que lhe servem de base são as de 2002.

ABSTRACT

THE POLITICAL DIMENSION OF CONTEMPORARY CHRISTIANITY IN BRAZIL
WHAT THE ELECTIONS SAY

The article works with partial results and it's an introductory reflection on the theme, subject of a study that begun on the local elections of 1996. It starts from the assumption (the idea?) that it is possible today to identify in Brazilian society two different processes that are intimately connected and the attention is centralized on the identification of the elements that reveal those processes as well as on the issues they rouse. The first of them is represented by a transformation of the ways to believe and the second is represented by new dynamics of religious and political identifications. It has particular interest on the second process, with special emphasis on the parties politics - in which the phenomenon is more visible - as it understands that the political practices of Christian religious groups in Brazil are highly identified with that dimension only. The article is based on the elections of 2002.

* Este texto foi elaborado para apresentação no Centro de Estudos Interdisciplinares dos Fatos Religiosos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, em abril de 2003.

** Professora titular da Universidade Federal do Ceará, coordenadora do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

res dos 26 estados e do Distrito Federal, e os representantes no parlamento: senadores, deputados federais e estaduais. Ao longo da campanha - no primeiro e segundo turnos - fui sendo conduzida pelos fatos observados a algumas constatações de natureza geral.

Vejamos:

1. O Brasil evangélico, cujos representantes aumentaram em 70.7% na última década¹, está cada vez mais presente no cenário político, agora, sobretudo através das denominações pentecostais. Elas dizem fazer política em nome da fé. Com base nela, constroem candidaturas e orientam o voto. E - é importante destacar - nunca a per-

tença religiosa havia sido tão expressamente reconhecida e legitimada pelos candidatos, principalmente à presidência da república.

2. É possível observar também que, no Brasil de hoje, a relação entre partido político e grupo religioso torna-se ambígua, assim como não são poucas as situações em que o religioso faz a mediação entre o político e a sociedade. Historicamente no Brasil, os católicos, através de seus inúmeros e diversificados movimentos, sempre ocuparam es-

paço de destaque como interlocutores do governo e como implementadores de projetos de sua iniciativa. Mas o pluralismo confere outro rosto a essa mediação. O processo pelo qual o Estado passa pelas lideranças religiosas para chegar à sociedade civil tem agora também a marca das denominações evangélicas.

O candidato Anthony Garotinho, quando governador do Rio de Janeiro, implementou políticas públicas de forma a conceder aos evangélicos as grandes decisões. Cerca de 85% das indicações de famílias a serem atendidas foram feitas pelas igrejas evangélicas, principalmente pela Assembléia de Deus.

3. As relações dos pastores-candidatos, de um lado com a hierarquia de suas igrejas, e de outro com os eleitores, são mais um elemento complexo na política brasileira, marcada pela personalização; isto é, pela quase nenhuma importância atribuída aos partidos e pela exaltação das imagens individuais. No caso dos políticos pentecostais, embora permaneça essa tendência, novos elementos se acrescentam, como se verá adiante, exigindo a atenção dos analistas. Os dirigentes da denominação escolhem os candidatos porque os reconhecem como boas lideranças religiosas. Há, inclusive, casos de indicação de pastores sem nenhum interesse pela política, mas que se submetem à escolha dos companheiros. Uma vez candidatos “da igreja”, é assim que eles são vistos pelos fiéis e pelos demais eleitores. Do reconhecimento pessoal como pastor, no seio do grupo religioso, eles passam à identificação “despersonalizada” como “candidato da igreja”. O carisma pessoal do pastor deixa de existir e a campanha dá destaque ao representante de toda a denominação. Nesse processo, o partido é somente a estrutura que viabiliza a candidatura.

O período eleitoral aparece, pois, como particularmente rico para os pesquisadores porque explicita o modo dos brasileiros construir a política - vista pela grande maioria, como algo distante e complicado, além de restrita apenas a sua dimensão partidária. Durante o chamado “tempo da política” ela é vivida no cotidiano, por eleitores

e candidatos, sobretudo através da mídia, dos comícios, da *internet*, do farto material de propaganda e, no caso dos membros de grupos religiosos, também dos respectivos cultos. E parece que a “política brasileira” se faz de modo cada vez menos alheio às concepções e experiências religiosas de seus atores².

Assim, o religioso e o político são construídos, pelas diferentes denominações, no processo mesmo de combinação entre ambos, pelo qual cada uma delas é responsável. Chamada, indistintamente, de “política evangélica”, a prática dos diferentes grupos e denominações, embora apresente semelhanças, guarda significativas diferenças, cujas implicações gerais adquirem maior visibilidade quando, além da experiência religiosa cotidiana de seus membros, observamos “o seu jeito de fazer política”.

Essas observações dizem respeito apenas ao universo evangélico, onde os novos fatos são mais interpeladores. No entanto, os católicos também se tornam atores sociais de destaque nessa recomposição do religioso e do político entre nós – conforme veremos adiante – sobretudo através das candidaturas oriundas dos grupos da Renovação Carismática.

É fácil perceber que a importância da presença dos grupos religiosos nas eleições de 2002 reside, sobretudo, naquilo que tal presença nos diz sobre nossa sociedade.

O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO

É na década de 80 que a política brasileira recebe seu “batismo no Espírito Santo”, isto é, pentecostais protestantes e católicos (RCC) fazem uma opção clara pela ação partidária e pela participação eleitoral, com a apresentação de candidatos que explicitam sua pertença a grupos religiosos ou fazem dessa pertença o elemento distintivo em torno do qual as campanhas são construídas.³

Embora a presença de católicos e evangélicos tenha marcado a política entre nós em toda a

primeira metade do século XX, é no final dos anos 70 que a participação organizada destes últimos começa a ser discutida, efetivando-se em 1986, quando das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Surge, então, o Grupo Evangélico de Ação Parlamentar (GEAP), cuja finalidade é eleger uma bancada de deputados grande o bastante para defender as propostas identificadas com essas denominações e garantir-lhes espaço na Constituição de 1988.

Os evangélicos fazem, então, 33 deputados federais, entre os quais mais da metade (18) são pentecostais⁴, e marcam suas votações na Assembléia Constituinte pelas posições conservadoras no que tange às questões ligadas à família e ao sexo, bem como em relação às questões econômico-sociais, além de explicitarem um fisiologismo⁵ bastante explorado pela mídia.

Ao longo da década de 90, as eleições (1992, 1994, 1996, 1998) refletem o crescimento da população evangélica, em campanhas onde sua participação torna-se cada vez mais explícita e nas quais aumenta incessantemente o número de representantes eleitos. Também nesse período surgem e se consolidam as candidaturas construídas com base na pertença à Renovação Carismática Católica⁶. Tive a oportunidade de acompanhar as significativas diferenças entre candidaturas de corte pentecostal, católicas e protestantes. Uma delas tem implicações ricas de significado: enquanto para o candidato da Renovação Carismática a política representa um “ministério”, fruto da escolha orientada religiosamente, para o candidato pentecostal ela é da ordem da “predestinação”, e ele se diz vocacionado para a política. Insisto que mesmo entre os pentecostais protestantes variam as representações da política e da religião.

Cada uma dessas denominações institui espaços de partilhas religiosas e ativa tecidos comunitários onde se constroem linguagens e modos de vida que identificam o grupo distinguindo-o, ao mesmo tempo, dos demais. Se para a grande maioria dos brasileiros - e particularmente para a mídia - esse aspecto não é levado em conta, os fi-

éis, eles mesmos, no entanto, recusam qualquer uniformização que ignore suas características denominacionais. Tal é o caso, por exemplo, quando um pastor da Assembléia de Deus não admite vê-la comparada à Igreja Universal do Reino de Deus e exclama: “não misturemos as coisas; nós somos religião, eles são uma seita!”.

O pesquisador não pode ignorar essas distinções; elas estão no centro dos processos de identificação e se constituem chaves de decifração de “modos distintos de ser cristão” e, conseqüentemente, modos distintos de fazer política religiosamente orientada.

AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002

Chegamos assim às eleições de 2002 e aos novos fatos observados.

Ainda no início da campanha, os jornais de maior circulação do país trazem como manchetes: **Assembléia de Deus anuncia apoio à candidatura Serra e Assembléia de Deus decide apoiar Garotinho**⁷. Esse apoio é alvo de disputas acirradas entre os candidatos; disputa que repercute na mídia nacional, dando conta, sobretudo da força eleitoral da maior denominação evangélica e pentecostal brasileira.

Quatro igrejas repartem mais da metade dos 26,1 milhões de evangélicos brasileiros: Assembléia de Deus (8,1 milhões); Batista, Congregação Cristã do Brasil e Universal do Reino de Deus (total de 15,5 milhões). Estima-se que a Assembléia de Deus tenha mais de 100 mil templos em 95% das cidades brasileiras.⁸

Este país, “oficialmente laico” e que se pretende ainda “esmagadoramente católico”, tem pela primeira vez na história um candidato à presidente da república - muito bem colocado nas pesquisas - evangélico e que faz campanha apoiado pela ampla estrutura de shows musicais, cultos e megaeventos programados pelos grupos religiosos que ele diz representar; é Anthony Garotinho. Ex governador do Rio de Janeiro, ele é o candidato do Partido Socialista Brasileiro.

O Partido Liberal, controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus no âmbito nacional (o vice-presidente é o Pastor Rodrigues – RJ) e em vários estados (no Ceará, o obreiro Almeida de Jesus é seu presidente), torna-se o grande aliado do Partido dos Trabalhadores, do candidato Luiz Inácio LULA da Silva. O PT reúne ateus e católicos de esquerda, muitos dos quais forjados nas lides estudantis dos anos 60 ou nas Comunidades Eclesiais de Base do cristianismo de libertação da década seguinte.⁹ Vê-se aí um ecumênico encontro de interesses.

Essa aliança, ao ser oficializada, traz um duro golpe à candidatura evangélica de Anthony Garotinho, que declara, incessantemente, contar com o “voto dos irmãos” para se tornar presidente. Ele consegue, no entanto, o apoio de parte da Assembléia de Deus que, dividida em duas grandes instâncias de representação nacional, orienta seus membros a votarem segundo esses acordos de cúpula. Também a Igreja Universal do Reino de Deus, valendo-se do artifício pelo qual ela se diferencia do Partido Liberal quando lhe convém, apóia Garotinho através de gestos como o do Bispo Edir Macedo, seu dirigente máximo, que dá permissão ao candidato para visitar os templos da IURD.

Os quatro principais candidatos pedem o “voto da fé” através de reuniões com pastores e da visita aos cultos, também destinando a esses eleitores documentos específicos de campanha. Lula distribuiu uma Carta aos Evangélicos, onde se lê:

“Escrevo esta carta porque reconheço a grande importância que as comunidades e igrejas evangélicas têm no nosso país e porque dou muito valor às suas aspirações de mais decência, honestidade, justiça, fraternidade e princípios cristãos para o nosso povo.”

Ciro Gomes, candidato do Partido Popular Socialista, divulga no seu *site* na internet a notícia de que está elaborando uma cartilha sobre *O pensamento de Ciro Gomes à luz da Bíblia*. Todos procuram tornar o mais visível possível os apoios. Pare-

ce estar implícita a convicção de que os evangélicos votam em bloco e que seguem a orientação de seus líderes religiosos.

A esses exemplos, que mostram o reconhecimento e a importância do voto orientado religiosamente, por parte dos candidatos, pode-se acrescentar outro, igualmente interessante. Ainda em maio, o jornal Folha de São Paulo divulga um quadro absolutamente inusitado no que toca à cobertura de eleições presidenciais no Brasil. O título é **Os Votos por Religião**. Apresenta as intenções de voto, atribuindo a cada candidato os percentuais que correspondem à pertença religiosa de seus eleitores. Estão relacionados não apenas católicos (indistintamente) e evangélicos (pentecostais e não pentecostais), mas também kardecistas, adeptos de religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé, entre outras), judeus, ateus e outras religiões. Nesse caso, penso que mais do que a propriedade da classificação ou os números levantados, o que chama a atenção aqui é a preocupação mesma em estabelecer essa relação.

Mas religião se mistura à política também quando membros da CNBB¹⁰, em seu nome, se manifestam sobre pronunciamentos de candidatos e sobre qual devem ser os critérios para o voto, e quando fazem *lobby* no Senado pela não-aprovação de protocolo internacional contra todas as formas de discriminação da mulher, porque entendem que tal dispositivo abre as portas para o aborto, a união civil entre homossexuais e a prostituição. E essa combinação torna-se explícita também, quando a Igreja Universal do Reino de Deus (desde 1998) e a Assembléia de Deus, mais recentemente, constroem estratégias eleitorais e apresentam, em cada estado brasileiro, um candidato a deputado estadual e outro a deputado federal, garantindo a concentração dos votos dos fiéis - conquistados nos templos - e fazendo significativas bancadas.

Todos – católicos tradicionais, carismáticos, aqueles vinculados ao cristianismo de libertação, evangélicos e pentecostais – embora de modo diferente, ocupam o espaço da política,

fazendo da religião um elemento de identificação. Vale lembrar que, indistintamente, o comportamento ético é o primeiro diferencial invocado por esses atores político-religiosos, embora haja também a ênfase na defesa dos princípios cristãos, estes nunca explicitados.

Pelo que pude observar, os “princípios cristãos” variam entre católicos e evangélicos, entre denominações, e no interior de uma mesma denominação. Eles somente adquirem sentido quando observado o processo de ressignificação dos símbolos religiosos, no cotidiano dos grupos, com base, por exemplo, na leitura particular da Bíblia pela qual cada um é responsável. Não se podem excluir, no entanto, desse processo de ressignificação as distinções advindas de outras pertencas, elas mesmas se constituindo múltiplas possibilidades de identificação (Hall: 1999). Logo, a despeito do caráter minimalista da teologia no caso dos pentecostais, há aqui um “conteúdo” religioso que não me parece deva ser esquecido pelas análises que privilegiam as transformações nas formas de crer.

CANDIDATOS E CAMPANHAS

A pesquisa que está na base destas reflexões relaciona as eleições gerais de 2002 com aquelas que as antecederam nos anos 90 quando principalmente as candidaturas carismáticas católicas foram objeto de observação. O interesse, em 2002, são as candidaturas evangélicas, particularmente a de **Anthony Garotinho**, da Igreja Presbiteriana, à presidência da república; dos pastores **Gelson Ferraz** e **Ronaldo Martins**, e do obreiro **Almeida de Jesus**, da Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente a senador, a deputado estadual e deputado federal; bem como a do pastor **Pedro Ribeiro** e do obreiro **Jaziel de Souza**, da Igreja Assembléia de Deus, a deputado federal e a deputado estadual, respectivamente. Todos representam o estado do Ceará, considerado exemplar para a análise dessas transformações nas identificações religiosas e políticas, como veremos a seguir¹¹.

Caracterizemos primeiramente cada uma das candidaturas analisadas:

ANTHONY GAROTINHO

O candidato Garotinho tem 42 anos, é de Campos (RJ), filho de descendentes de portugueses e italianos (pai), e de libaneses (mãe). É casado com a governadora do Rio de Janeiro (PSB), Rosinha Matheus e pai de 9 filhos, 5 dos quais adotados. Aos 15 anos começa a trabalhar no rádio, ganhando o apelido de Garotinho. Viveu no seio de uma família cristã, católica, e sua conversão ao presbiterianismo ocorreu em seguida ao acidente automobilístico sofrido em setembro de 1994. Estudou somente até concluir o 2º. Grau. Foi líder estudantil, militante do PCB e fundador do PT de Campos-RJ, partido pelo qual se candidata a vereador em 1982. Em 1986, se elege deputado estadual pelo PDT. Em 1988, é eleito prefeito de Campos. Em 1994, o acidente o tira da disputa pelo governo do Rio, e, em 1996, é novamente eleito prefeito de Campos, com 74% dos votos (1º turno). Ainda pelo PDT, Garotinho se elege governador do Rio de Janeiro, em 1998 (2º turno), representando uma aliança que incluía também PC do B, PSB e PCB. Em 2001, se filia ao PSB.

Como governador do Rio de Janeiro, Garotinho participa de programas diários em rádios evangélicas e faz palestras em shows musicais e atos religiosos em cidades da região do Grande Rio, durante as quais conta sua conversão. Também continua como professor da escola bíblica dominical presbiteriana¹². Marca sua administração com programas populares de grande impacto, como o *Piscinão de Ramos* e os *restaurantes a R\$1,00*.

Garotinho deixa o governo do Rio de Janeiro para assumir a candidatura à presidência chorando de emoção, durante o show *gospel* que marcou o culto evangélico de despedida, nos jardins do Palácio Guanabara. Tem, então, altos índices de popularidade e o entusiasmado apoio das igrejas evangélicas, sobretudo da Assembléia

de Deus. É sua condição de evangélico, aliada ao apelo popular, que vai dar o tom à candidatura. Ele faz a promessa de elevar o salário mínimo para R\$280,00 a partir de maio 2003 e de executar um ambicioso programa de habitações para populações de baixa renda. Garotinho, que já defendera os fundamentos de um socialismo cristão, junta valores como família, religião e o orgulho da origem interiorana. Sua candidatura é cheia de percalços, entre os quais se destacam a dificuldade em conseguir legenda para concorrer; a resistência de lideranças do partido, que culminam com o afastamento dos candidatos ao governo de São Paulo (Jacó Bitar), da Bahia (Lídice da Mata), e do Distrito Federal (Rodrigo Rollemberg); os pedidos para que ele renuncie, já depois de oficializada a candidatura; o fraco desempenho até setembro; e a permanente dificuldade de angariar fundos.

Em junho, falando de “esperança e fé”, Garotinho, pré-candidato, faz uma campanha que privilegia os públicos evangélicos, desagradando vários setores do PSB que não se sentem representados por sua candidatura. Institui o bônus de R\$1,00 e a “virada” nos índices de preferência do eleitorado começa a surpreender os líderes de seu partido, até então descontentes com suas atitudes polêmicas, exploradas pela mídia.

A verticalização das alianças¹³ deixou Garotinho sem apoio dos grandes partidos, isolado nos estados e com pouquíssimo tempo na TV. Em julho, já candidato, sua preferência inicial entre os eleitores cai de 18% para 10% (quarto lugar) e leva pessoas próximas a dizerem que ele foi vítima de si mesmo. Os cofres estão vazios e os boatos de renúncia crescem. Em meados de agosto, Data Folha, IBOPE e Vox Populi lhe atribuem nas pesquisas 12%, 10% e 9%, respectivamente¹⁴. Garotinho resolve, então, adotar o discurso nacionalista de enfrentamento ao FMI para sensibilizar os eleitores não evangélicos e diz:

meu discurso será o grande diferencial da campanha porque todo mundo está perce-

bendo que a conversa do José Dirceu e dos economistas do seu partido com o mercado financeiro e o FMI levarão o Brasil a uma situação parecida com a da Argentina.

Os banqueiros viram seu alvo particular. Mas Garotinho tem também o aval da direção do PSB para ampliar a campanha entre os evangélicos, desde que não abandone o perfil ideológico. A montagem de 5 milhões de comitês familiares é decidida e a autorização para campanha nos templos da IURD é anunciada. Os jornais falam de mistura de populismo getulista com religião. Garotinho defende-se, dizendo que é um candidato popular e não populista.

Ele declara, então, que existem cerca de 16 milhões de eleitores evangélicos no país, embora acredite contar, até o momento, com o voto de apenas 38%. Define como objetivo ampliar essa preferência para 70%. Diz que isso é possível porque somente 50% dos evangélicos brasileiros sabem que ele também o é. Em agosto essa estratégia vai sendo posta em prática e Garotinho chega ao final do primeiro turno com uma estimativa de 17% dos votos válidos, empatado tecnicamente com José Serra (19%) e com possibilidades de disputar o 2º turno com Lula (48%)¹⁵. No final de setembro, já muito bem colocado nas pesquisas (empatado com Serra), com verba para sair do eixo Rio-São Paulo-Minas, Garotinho desembarca em Teresina¹⁶, em meio a centenas de eleitores evangélicos e não evangélicos declarando: *Agora será Garotinho e o povo de Deus contra o resto*. A dois dias das eleições em 1º turno, Garotinho grita para os eleitores evangélicos de Divinópolis (MG): *Multipliquem o seu voto... Vamos mostrar à mídia, aos descrentes, a essas campanhas milionárias, a esses institutos de pesquisa que Deus é mais forte do que todos eles*. A plateia respondia com “amém” e “aleluia”. No dia 6 de outubro o Brasil assiste, pela primeira vez na sua história político-eleitoral, a uma “boca-de-urna evangélica”¹⁷ para a presidência da república. Garotinho declara que os militantes evangélicos *não são diferentes de um partido político* e que o trabalho

de convencimento dos eleitores de última hora é algo espontâneo e fundamental.

É interessante destacar ainda que os evangélicos financiam a candidatura de Garotinho, através de shows musicais e do movimento **Fé no Brasil** que faz a distribuição do “kit ADHONEP”, com camiseta, marcadores de Bíblia, cartazes e fitas de vídeo com depoimentos do candidato. A Rede Melodia de rádios evangélicas paga salários a Garotinho (R\$1 mil) e a sua mulher Rosinha (R\$6 mil), colaborando assim com as despesas domésticas.

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

O **Pastor Gelson Ferraz** é o primeiro candidato da IURD ao senado pelo Ceará. Ele consegue 2.8% da votação; 168.159 votos. Vereador de Fortaleza eleito em 2000¹⁸, se credencia assim, possivelmente, para uma vaga de deputado federal em 2006. Seu slogan de campanha na TV é “Outro Ceará no senado”. Ele não faz alusão à pertença religiosa. Já o candidato da IURD a deputado federal, Almeida de Jesus, afirma lutar pelos “direitos dos evangélicos” e o Pastor Ronaldo Martins diz “contar com os evangélicos”. Os santinhos de campanha dos três candidatos são padronizados – alguns mesmo com fotos dos três. Novamente o texto relativo ao candidato ao senado é mais objetivo e sem alusão à pertença religiosa. No caso dos candidatos a deputado, o texto do santinho, intitulado “Exemplo de Trabalho e Amor” se inicia com a declaração de pertença religiosa; invoca compromisso com Deus, com a família, com a sociedade, e com uma atuação moral e ética. Termina pedindo que “você medite nestas palavras, tão importantes, escritas na Bíblia Sagrada: *Quando os justos governam, alegra-se o povo, mas quando o ímpio domina, o povo geme*” (Provérbios 29. 2).

Almeida de Jesus, o candidato re-eleito deputado federal pela IURD, é formado em administração de empresas, foi líder comunitário na periferia de Fortaleza e radialista. Candidata-se pela primeira vez em 1988, a vereador, sem o apoio da

IURD e não é eleito. Em 1996, já representando a Igreja, elege-se vereador pelo PTB, com um total de 10.065 votos (segunda maior votação no estado). Ele é o primeiro parlamentar da IURD no Ceará. Antes do PTB passara pelo PFL, PSC e PDT e, em 1998, é eleito deputado federal pelo PMDB, com 64.275 votos. Mudou novamente de partido e preside o PL quando das eleições de 2002. Sob o seu comando, os laços entre a “ala iurdiana” do PL e o PMDB não se desfazem totalmente; ambos se coligam nas eleições municipais de 2000¹⁹. Polêmico, o presidente do PL cearense diz em 1999: *nós não somos candidatos da IURD e o PL não mistura religião com política*. No entanto, o que se observa é que ele fala em nome do partido ou da IURD, segundo as circunstâncias e conveniências. Por exemplo, no primeiro turno das eleições de 2002 para o governo do Ceará o deputado leva o apoio da IURD ao candidato do PMDB, Sérgio Machado, embora o PL esteja coligado com o PT. Ele justifica: *Não é um apoio do PL, mas uma determinação do Ministério, é o apoio da igreja*. Criticado, completa: *Eu sou apoiado pela igreja, não sou dirigente dela; nacionalmente, o PL continua seguindo o que a verticalização nos impôs, mas aqui no Ceará a igreja optou pelo senador*. Já no Rio de Janeiro, apóiam Rosinha Matheus, evangélica, candidata do PSB. Almeida de Jesus critica o governo FHC e declara-se a favor de políticas que beneficiem mulheres, jovens e aposentados. Elege-se em 2002 com 85.727 votos (2.4%).

O **Pastor Ronaldo Martins** é o candidato da IURD a deputado estadual. Vereador pelo município de Caucaia, ele se elege em 2002 com uma expressiva votação de 54.117 votos (1.5%).

ASSEMBLÉIA DE DEUS

O **Pastor Pedro Ribeiro**, candidato da AD, é enfático na TV e diz que *o Brasil está sofrendo debaixo do domínio dos ímpios* e que *irmão vota em irmão*. Afirma que a sua candidatura não é um projeto isolado, faz parte de um projeto coletivo para eleger uma bancada de 40 deputados federais. Ele se elege (com os votos da legenda), com

51.278 votos (1.4%). Antes mesmo da posse, abandona o PL e se filia ao PTB, partido que passa a presidir no Ceará. Menos de um mês depois disso ele se filia ao PMDB

Jaziel Pereira de Souza, o outro candidato da AD, é eleito deputado estadual, também pela legenda, com 41.100 votos (1.1%). A Assembléia de Deus empenha-se a fundo nesse projeto coletivo e seus candidatos são recomendados nos cultos, onde material de campanha é distribuído entre os fiéis. Em Fortaleza, conta-se que o médico Jaziel Souza dá consultas nos locais de oração. Assim como o pastor Pedro Ribeiro, Jaziel Souza deixa o PL ainda antes da posse, e vai para o Partido do Humanismo Solidário (PHS). A atitude de ambos, amplamente divulgada pela mídia, é duramente criticada pelos políticos locais.

A Assembléia de Deus elege, em 2002, 21 deputados federais (o projeto era fazer 40) e 28 deputados estaduais em todo o país. No 2º turno das eleições ela apóia o candidato de FHC, José Serra, enquanto a IURD fica com a candidatura Lula.

O PARTIDO

No Ceará os candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembléia de Deus se apresentam às eleições de 2002 pelo Partido Liberal – considerado por políticos locais e pela mídia como o partido da IURD. Nesse Estado, é presidido pelo deputado Almeida de Jesus, liderança maior da Igreja, eleito, em 1998, pelo PMDB. A Igreja Universal do Reino de Deus está presente no cenário político nacional desde 1986, quando elege deputado federal o Bispo Roberto Augusto Lopes. Em 1990, a IURD faz 3 deputados estaduais e 3 federais, e em 1994, duplica essas bancadas. Em 1998, elege 24 deputados estaduais e 15 federais. Até as eleições de 1994, em sua maioria, as candidaturas eram apresentadas através de partidos grandes (PMDB, PFL, PP, PPR e PSD). Desde 1998, o PL aparece em alguns estados, onde vem liderando a preferência dos “iurdianos”. No

Ceará, a IURD elege, em 1998, um deputado federal (o obreiro Almeida de Jesus) e outro estadual (o pastor Heriberto Farias); ambos pelo PMDB.

Considero o Ceará²⁰ um caso particularmente interessante para estudo porque representa bem a ambigüidade da relação entre partido político e grupo religioso e, conseqüentemente, traz elementos significativos para a análise das novas dinâmicas de identificações políticas e religiosas. Senão vejamos: em 1999, Olga Nunes, presidente do PL cearense há 13 anos, é destituída pelo dirigente nacional Álvaro Vale e substituída pelo então já deputado federal Almeida de Jesus. Naquela ocasião, ela declara aos jornais *que a Igreja Universal do Reino de Deus está tomando a estrutura do partido*²¹. Para ela, a agremiação está se transformando no braço político da IURD. Além de Olga Nunes, outra liderança do PL cearense, Luiz Arruda, também abandona o partido que considera sob controle da Igreja.

Outro fato interessante chama a atenção para o PL no Ceará: nessas eleições, também a Igreja Assembléia de Deus apresentou candidatos a deputado federal e estadual, e fê-lo através do Partido Liberal. O Ceará representa um caso à parte pois, da bancada de 15 deputados federais da IURD (eleita em 1998), apenas 3 são do PL²². Essa denominação pentecostal chega às eleições de 2002 representada, na Câmara Federal, por deputados federais do Ceará (01); Piauí (01); Pernambuco (01); Bahia (02); Distrito Federal (01); Rio de Janeiro (04, entre os quais o Bispo Carlos Rodrigues, vice-presidente nacional do PL e coordenador político da IURD)²³; São Paulo (03); Paraná (01) e Rio Grande do Sul (01)²⁴.

Mas, voltemos ao Ceará. Em 2002 os candidatos, membros da IURD, são todos do PL; quatro candidatos a deputado estadual, dois a deputado federal e um a senador. No entanto, ser “candidato da Igreja” significa mais; significa que esse é o nome no qual a IURD concentra seu apoio, tornado visível para os fiéis e para o público em geral, através do farto material de campanha, do pedido explícito de votos nos templos e na exibição

de camisetas de propaganda por todos os obreiros nos cultos diários em todas as cidades. Assim, embora a Igreja apresente mais de um candidato a cada cargo, em 2002, como nos pleitos anteriores, ela se empenha maciçamente na eleição de apenas um candidato por cargo. Vale a pena lembrar que o deputado estadual eleito pela IURD em 1998, Pastor **Heriberto Farias**, cai em desgraça na Igreja, rompe, perde seu apoio, mas insiste em tentar a re-eleição em 2002, confiante nas suas qualidades pessoais e no desempenho do mandato que termina. O resultado parece mostrar que os votos não eram seus e sim da denominação religiosa; ele obtém apenas 1.338 votos nestas últimas eleições.

Entrevistas concedidas por pastores da IURD mostram que, no interior da denominação, a prática de indicação dos candidatos é semelhante a uma convenção partidária e o PL é destacado como aberto a todas as religiões. Um pastor explica que a escolha do partido não implica nenhum critério além da aceitação das candidaturas da IURD e da avaliação, feita por esta, segundo a qual a sigla oferece o suporte necessário. As lideranças evangélicas se dizem perseguidas, necessitando, portanto, de representantes na política partidária para terem “acesso às autoridades”, para que a “Igreja seja protegida”. Embora insistam na diferenciação entre IURD e PL eles deixam escapar, por exemplo, frases do tipo “eu ia concorrer e teria que ser pelo PL”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo das recomposições contemporâneas das esferas de pensamento e ação, a constatação de uma certa dissociação entre religião e política, ou da distinção entre *religioso* (como modo particular de estruturação do real a que correspondem mais ou menos determinadas condutas) e *religião* (como conjunto de crenças representadas numa instituição definidora de papéis) parece completar-se com as análises dos casos particulares. Penso que a sociedade brasileira é exemplar, pois vive um pluralismo religioso re-

lativamente recente e peculiar, que convida a pensar o jogo das identificações.

Como responde o Brasil, posto diante do pluralismo religioso? Analisar as articulações entre o religioso e o político é apenas parte da tarefa que se coloca aos pesquisadores. E ela se confunde com outro fato: a fragilidade do nosso sistema partidário, que tem na fidelidade dos eleitos, por exemplo, um elemento que vem alimentando a pauta de discussões de acadêmicos e jornalistas, desde a redemocratização do país, nos anos 80, para não recuarmos ainda mais.

Análises generalizantes sobre o atual cenário religioso-político no país pouco acrescentam ao conjunto de afirmações sobre o “moralismo e fisiologismo” dos pentecostais e sobre sua “identificação parlamentar com a direita” ou sua classificação como “empresas de cura”, entre outras.

Neste momento em que, mais do que nunca, são complexos os critérios para se definir direita e esquerda na política²⁵, a prática dos grupos religiosos pentecostais e carismáticos em nada facilita o trabalho dos que se mantêm apegados ao potencial heurístico dessa díade. Embora estejamos apenas dando início à vertente da pesquisa que busca acompanhar as práticas políticas dos representantes de grupos religiosos no desempenho dos respectivos mandatos, já temos indícios suficientes para questionar as adjetivações acima.

No Ceará, tanto o vereador que representa a Renovação Carismática Católica, como os deputados estadual e federal da IURD, aliam-se frequentemente às bancadas dos partidos de esquerda (dos trabalhadores, socialistas e comunista) nas votações de projetos de cunho social e econômico. Esses parlamentares-religiosos são irreduzíveis somente quanto ao atrelamento da moralidade privada à política. Em torno da intolerância religiosa quanto a questões como aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, controle da programação de TV e dos espetáculos públicos pelo Estado, por exemplo, unem-se evangélicos pentecostais ou não e carismáticos. Onde, se queremos chamar essa atuação de “direita”, é pre-

ciso, no mínimo, repensar os critérios da distinção, pois ela se afasta da atuação da “bancada evangélica” na Constituinte – dita de direita –, quando um certo conservadorismo religioso em relação aos costumes soma-se às alianças com opositores da reforma agrária e com defensores da propriedade privada. Convém ainda lembrar que a posição assumida pelos parlamentares católicos ditos “de esquerda”, aqueles oriundos das CEBs, não é por princípio discrepante das atitudes tomadas pelos demais cristãos, quando o assunto é moral e família.

Os “iurdianos” cearenses, num passado recente, “diabolizam” Lula e os representantes dos partidos de esquerda com os quais hoje marcham de braços dados. Não digo que se creia num “mea culpa” ideológico – como alguns deles afirmam ser o caso – mas proponho que busquemos novos critérios para entender esses atores político-religiosos que representam um fenômeno que se refaz a cada eleição e legislatura, e talvez por isso – embora não somente – exija novas perspectivas. Recursos financeiros para as igrejas e possibilidade de exercer pressão no parlamento para tocar a expansão denominacional parecem ser “o fim que justifica os meios”. Então, os grupos religiosos utilizam a ambigüidade da relação entre partido político e Igreja; imprimem sua marca ao processo de caracterização do nosso sistema partidário (alguns preferem falar de “fragilização”), ao utilizarem os partidos apenas como “o mal necessário”, cuja lógica da representatividade com base em programas e propostas é totalmente subvertida, uma vez que subsumida pela lógica e objetivos próprios a cada igreja.

Concluo lembrando que a distinção tradicional entre esquerda e direita perde parte do sentido no Brasil de hoje, e esse processo pode ser examinado também à margem das candidaturas carismáticas e evangélicas (não é esse o meu objetivo), mas elas são um significativo elemento para a análise.

Quanta às identificações religiosas e políticas, penso que deslocamentos, fragmentações e

rupturas são característicos das sociedades contemporâneas. Estão relacionados com um processo de identificação que se torna mais provisório, variável e problemático e o Brasil não lhe escapa (Stuart Hall: 1999).

Finalmente, conforme explicitado no início destas reflexões, elas apenas apontam possibilidades de aprofundamento sociológico das questões levantadas. Essa é uma tarefa já iniciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, I. et PALMEIRA, M. (1998) (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- BOBBIO, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, S.Paulo: UNESP.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- HALL, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HERVIEU-LÉGER e WILLAIME (2001) (dir.). *Sociologies et religion – approches classiques*. Paris: PUF.
- MARTIN, D. (1979). “General tendencies and historical filters” in: *The annual review of the social sciences of religion*, Oxford, vol.3, p. 1-16.
- MIRANDA, J. (1987). *O poder e a fé*. Fortaleza: Edições UFC.
- _____ (1995). *Horizontes de bruma*. São Paulo: Maltese.
- _____ (1999). *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____ (2001). “Imaginaire et utopie dans la politique du Nordeste brésilien” in: Martin, J-B (dir.) *Usages sociaux de la mémoire et de l’imaginaire au Brésil et en France*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon II.
- LÖWY, Michael (2000). *A Guerra dos deuses*. Petrópolis: Vozes.
- RUBY, Christian (2000). *L’État esthétique*. Bruxelles: Castells/Labor.
- WUNENBURGER, J-J. (2001). *Imaginaires du politique*, Paris, Ellipses.

Notas

- 1 De acordo com o último Censo Demográfico (2000), a população católica brasileira diminuiu em 12% nos anos 90, enquanto a evangélica cresceu 70.7%. Os católicos são hoje 125 milhões (73.8%) e os adeptos de denominações protestantes, históricas ou pentecostais, perfazem 26 milhões (15.4%). Doze milhões de brasileiros se declaram sem religião. Os judeus e adeptos do espiritismo, da umbanda, do candomblé, das religiões orientais e de outros cultos não passíveis de classificação perfazem apenas 3,6% dos brasileiros.
- 2 Ver Miranda, Júlia “Ética, política e comunicação nas representações do homem ordinário”, in: Revista de Ciências Sociais, v. 28, Fortaleza, UFC, 1999.
- 3 Ver Miranda, Júlia “O jeito cristão de fazer política”, in Barreira e Palmeira (org.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 1998.
- 4 14 da Assembléia de Deus, 2 da Igreja do Evangelho Quadrangular, 1 da Igreja Cristã Evangélica e 1 da Igreja Universal do Reino de Deus.
- 5 *Fisiologismo* é a prática de atrelar a defesa de propostas políticas a interesses particulares, motivada por vantagens quase sempre financeiras.
- 6 Ver Miranda, Júlia *Carisma, sociedade e política – novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- 7 Jornal A Folha de São Paulo, edições de maio e junho 2002.
- 8 Dados do Censo Demográfico de 2000.
- 9 A aliança foi oficializada em fins de junho/2002.
- 10 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- 11 O acompanhamento das eleições deu-se através de material veiculado pelos jornais O Povo (Ce) e Folha de São Paulo, noticiários televisivos, horário de propaganda eleitoral gratuito na TV, material de campanha dos candidatos, entrevistas, observação de eventos de caráter religioso e político, homepage dos candidatos e partidos, informações fornecidas pelos comitês e pelas secretarias partidárias, além de material redigido pelos próprios candidatos.
- 12 A grande “vedete” da campanha é o livro que ele escreveu após o acidente que o levou à conversão, intitulado *Virou o carro, virou a minha vida – bendito acidente que me deu a verdadeira vitória*, fartamente distribuído por todo o país, sobretudo via internet.
- 13 Pela verticalização, as coligações no âmbito nacional, para a presidência da república, determinam os parceiros nos demais níveis da eleição. O PSB de Garotinho não estava aliado a nenhum grande partido.
- 14 Lula tem 37%, 35% e 35%; Ciro 27%, 26% e 32%; Serra 13%, 11% e 10%.
- 15 Ciro tem 12% na mesma pesquisa (Folha de São Paulo 06/10/02).
- 16 Teresina é a capital do estado mais pobre e mais católico do país, o Piauí.
- 17 Boca-de-urna é o trabalho realizado no dia das eleições, por militantes organizados em grupos, para tentar convencer os eleitores na última hora.
- 18 A IURD elegeu outro vereador em Fortaleza (PL), em 2000: Pastor Alexandre de Jesus.
- 19 E o re-eleito prefeito peemedebista de Fortaleza, Juraci Magalhães, nomeia Almeida de Jesus Secretário da Regional I (seção administrativa da cidade de Fortaleza), num acordo para tirar o suplente do PMDB, Mauro Benevides, do “banco de reservas”.
- 20 O Ceará é o 8º colégio eleitoral do país, com 4.8 milhões de eleitores. É o 2º estado mais católico e sua capital - Fortaleza (+ de 2 milhões de habitantes) - tem convivido com candidaturas identificadas religiosamente (pentecostais e carismáticos), desde o final dos anos 80.
- 21 Jornal O POVO, 2/6/99.
- 22 Em 2002, este número aumenta e o primeiro senador eleito pela Igreja, Bispo Marcello Crivela, no Rio de Janeiro, é do PL.
- 23 Quando da revisão deste texto, em 2004, o Bispo Rodrigues havia sido recentemente expulso da Igreja Universal do Reino de Deus, após ser envolvido em escândalo de troca de favores e desvio de verbas de campanha.
- 24 A IURD possui 15 dos deputados federais da bancada evangélica na Câmara; 3 são do PL. O PL tem ali um total de 23 parlamentares.
- 25 Lembre-se, por exemplo, a polêmica em torno da obra *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*, de Norberto Bobbio, lançada em 1994.